



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro-
Coordenação de Análise Técnica

Parecer Técnico FEAM/URA TM - CAT nº. 9/2024

Uberlândia, 25 de janeiro de 2024.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 81024515			
Processo SEI 2090.01.0002594/2024-61			
PA SLA Nº 97/2024		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: ASSIS & SHIMADA EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA		CNPJ: 17.376.674/0004-30	
EMPREENDIMENTO: Fazenda Califórnia, Chumbo, São Lourenço, Santa Maria e Extrema – matrículas 457, 3.043, 3.044, 3.045, 3.046, 3.047, 3.048, 3.049, 7.810, 7.811, 7.812, 7.813, 7.814, 7.815, 7.816, 7.817, 7.820, 7.821, 7.822 e 102.916			
MUNICÍPIO(S): Varjão de Minas/MG		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-03-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	3	0
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART OU EQUIVALENTE:
Leonardo Gabriel de Castro Quelhas		CREA-MG 253211	MG20232364421
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA

Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo - Gestora Ambiental (DRRA TM)	1.364.971-0	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez - Coordenador de Análise Técnica	1.191.774-7	



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 25/01/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 25/01/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81024515** e o código CRC **2558C51A**.

Referência: Processo nº 2090.01.0002594/2024-61

SEI nº 81024515



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 81024515 (SEI)

O empreendimento Fazenda Califórnia, Chumbo, São Lourenço, Santa Maria e Extrema – matrículas 457, 3.043, 3.044, 3.045, 3.046, 3.047, 3.048, 3.049, 7.810, 7.811, 7.812, 7.813, 7.814, 7.815, 7.816, 7.817, 7.820, 7.821, 7.822 e 102.916 (área total 738,3215 ha) localizado nos municípios de Varjão de Minas e Patos de Minas atua no ramo de atividades agrossilvipastoris desde 08/07/2016 tendo como atividade principal de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura - código G-01-03-1.

Em 22/01/2024, o empreendedor formalizou na URA-TM o processo de licenciamento ambiental em apreço, via apresentação de RAS - Relatório Ambiental Simplificado.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é o cultivo de culturas anuais como soja, milho, milheto e sorgo em uma área útil de 617,4617 ha.

O solo é preparado conforme a necessidade da cultura a ser implantada, ou seja, são feitas análises que apontam a necessidade da aplicação de calcário e gesso agrícola para correção da acidez e adubos para balanceamento de nutrientes. O sistema de plantio adotado é o de plantio direto, que contribui para conservação do solo. São adotadas práticas conservacionistas rotação de culturas com leguminosas, manutenção de estradas, curvas de nível, caixas de infiltração de águas pluviais e cobertura de solo com palhada.

Os demais insumos utilizados na condução da atividade são fungicidas, herbicidas e inseticidas, utilizados obedecendo recomendação agrônômica e aplicados somente conforme necessidade apontada pelo Programa de Manejo Integrado de Pragas e Doenças – MIPED.

A colheita de grãos é feita de forma mecanizada e a produção é destinada para cooperativas, não havendo armazenamento na propriedade.

A mão de obra para condução das atividades é composta por 01 funcionário fixo e 01 temporário, sendo que existe uma família residente no empreendimento.

A água utilizada no empreendimento é para consumo humano e pulverizações, fornecida por uma captação subterrânea por meio de poço tubular conforme portaria nº 2106698/2022 (processo 42830/2022), válida por 10 anos a partir de 16/09/2022.

Como principais impactos inerentes às atividades mapeados no RAS, tem-se a geração de resíduos sólidos domésticos das residências, embalagens vazias de defensivos agrícolas (papelão, plástico), sucatas, estopas, filtros e embalagens de lubrificantes provenientes da manutenção das máquinas. Os efluentes líquidos produzidos são provenientes dos sanitários da residência e da lavagem de máquinas e implementos.

Segundo o RAS, os resíduos sólidos domésticos são armazenados em sacos plásticos e recipiente coletor e destinados ao distrito de Lagoa Seca e posteriormente para a coleta municipal de Varjão de Minas. As embalagens vazias de defensivos são armazenadas em bags em galpão coberto e encaminhados para posto de coleta no município de Patos de Minas. As sucatas são reaproveitadas na fazenda e os resíduos contaminados com óleos e lubrificantes são acondicionados em bombona plástica sobre solo impermeabiliza dentro de galpão coberto e são destinados à empresa de coleta.

Quanto ao efluente sanitário gerado na residência, o mesmo é tratado em sistema biodigestor. Conforme informado no RAS, atualmente não há sistema de tratamento para o efluente gerado na lavagem de máquinas e implementos e será condicionado neste parecer a comprovação da instalação de local próprio para este fim, dotado dos sistemas de controle ambientais necessários conforme legislação vigente.



A Reserva Legal do empreendimento está localizada parte em seus limites e parte compensada na propriedade denominada Fazenda São Domingos - Ribeirão da Areira - Tabua e Ribeirão - Lugar Denominado São Domingos localizada no município de Bonito de Minas, matrícula 26.015 do Cartório de Registro de Imóveis de Januária. Foi apresentado o CAR da referida propriedade MG-3108255-F903.07DE.475E.4FA6.9770.74EF.439F.F5BA, com reserva legal declarada de 311,4527 ha.

Foram também apresentados os protocolos de inscrição do empreendimento Fazenda Califórnia, Chumbo, São Lourenço, Santa Maria e Extrema no CAR, Cadastro Ambiental Rural conforme o quadro abaixo, que também detalha a área de Reserva Legal declarada e adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA):

CAR	Matrícula (s)	Adesão ao PRA	Reserva Legal declarada
MG-3148004-A9B6.6BF2.145D.438A.A8B4.C0D4.FE75.0380	3.047	SIM	14,9467 ha
MG-3148004-F4E2.6F2F.08D1.4266.9B81.C63C.DFE3.2DB0	7.822, 7.821, 7.811, 7.820	SIM	1,8524 ha
MG-3170750-A5E6.4518.FA72.4079.8885.E41A.7851.86FE	7.813, 3.043, 3.044, 7.815, 3.048, 3.045, 457	SIM	29,9211 ha
MG-3148004-C1D1.E25E.E42D.4230.A874.F531.F1C5.910D	3.046, 3.049	SIM	2,7629 ha
MG-3170750-BB30.FEA4.B0DD.4680.8212.2FCB.4BC7.61C2	7.816, 7.810, 7.814, 7.817, 7.812	SIM	45,2366 ha

Importante ressaltar que não foi realizada vistoria no local, o que não permite atestar as condições reais das áreas protegidas da propriedade, portanto, este aspecto não faz parte da análise contida neste parecer. O CAR deverá ser futuramente analisado e homologado pelo órgão responsável conforme legislação em vigor.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fazenda Califórnia, Chumbo, São Lourenço, Santa Maria e Extrema – matrículas 457, 3.043, 3.044, 3.045, 3.046, 3.047, 3.048, 3.049, 7.810, 7.811, 7.812, 7.813, 7.814, 7.815, 7.816, 7.817, 7.820, 7.821, 7.822 e 102.916" para a atividade principal de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura no município de Varjão de Minas e Patos de Minas/MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 2090.01.0002594/2024-61**

CONDICIONANTES GERAIS

CONDICIONANTE Nº: 1

Descrição da Condicionante:

Comprovar a instalação de pista de lavagem de veículos e maquinário agrícola dotado dos sistemas de controle ambientais necessários conforme legislação vigente.

Orientações/Recomendações:

Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável técnico.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Apresentação única

PRAZO PARA PROTOCOLO: 180 dias após publicação da licença ambiental simplificada.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

CONDICIONANTE Nº: 2

Descrição da Condicionante:

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:

1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação*; Razão Social, Endereço completo Nº processo de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

*Formas de Destinação:

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.



3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de

resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

Orientações/Recomendações:

Obs.: Fica facultada ao empreendedor a possibilidade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, uma vez que os empreendimentos agrossilvipastoris, pelo disposto no artigo 2, inciso II da DN COPAM 232/2019, são dispensados.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Resíduos Sólidos

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Outra - De acordo com a operação do empreendimento

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Semestralmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 10 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de

expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.